

**ESTUDO IMPACTE
AMBIENTAL – DESCRITOR
DE PATRIMÓNIO)**

2022

**PEDREIRA VALE
DAS VACAS**

COORDENAÇÃO GERAL	Artur Fontinha		
COORDENAÇÃO PROJETO	João Silva		
DIREÇÃO CIENTÍFICA	Artur Fontinha		
EQUIPA TÉCNICA	Artur Fontinha Hugo Gomes Mariana Fafiães João Silva		
RESPONSÁVEL DESENHO	Mariana Fafiães Artur Fontinha		
RESPONSÁVEL TOPOGRAFIA	-		
ENTIDADE ENQUADRANTE	AFA – ARQUEOLOGIA CONSERVAÇÃO E RESTAURO		
ENTIDADE CONTRATANTE	TRC Services lda		
PROPRIETÁRIO	Cubículo dos Sonhos – Exploração e Comércio de Granitos, Unipessoal Lda		
DESPACHO AUTORIZAÇÃO	S-2022/590771 (C.S:1611949)	23.08.22	
ACRÓNIMO	PVV.22		
DISTRITO	Porto		
CONCELHO	Marco Canaveses		
FREGUESIA	UF Aveddas e Rosem, UF Fornos, Freixo, Rio de Galinhas, São Nicolau e Tuífas, Vila Boa do Bispo		
COORDENADAS	M	P	A
	41.136776	-8.175879	124
DATA DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS REALIZADOS	Início		Fim
	24.08.22		31.08.22
DEPÓSITO DA DOCUMENTAÇÃO	Rua de São Gonçalo de Mosteiro, nº 36, 4485 366 Mosteiró, Vila do Conde		
DEPÓSITO TEMPORÁRIO DO ESPÓLIO EXUMADO	Rua de São Gonçalo de Mosteiro, nº 36, 4485 366 Mosteiró, Vila do Conde		

**FICHA
TÉCNICA**

A AFA – ARQUEOLOGIA CONSERVAÇÃO E RESTAURO, apresenta o Descritor de Património do Estudo de Impacte Ambiental do Projeto “Pedreira Vale das Vacas” em fase de projeto de Execução. O presente Estudo, adjudicado pela TRC SERVICES, lda, foi elaborado de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente a lei 107/01 de 08 de Setembro (Lei do Património Cultural); Resolução da Assembleia da República n.º 71/97 que aprova, para ratificação, a Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico através da conservação pelo registo, aberta à assinatura em La Valleta, Malta, em 16 de Junho de 1992; Decreto-Lei n.º 164/2014, de 04 de Novembro (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos); Circular de 10 de Setembro de 2004 sobre os “Termos de Referência para o Descritor do Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental”; Circular de 24 de Maio de 2011 do IGESPAR, IP que estabelece as regras de preenchimento das fichas de sítio/trabalho arqueológico; e Circular de 01 de Setembro de 2010 do IGESPAR, IP, que faz uma revisão da circular de 5 de Janeiro de 2007 e que estabelece as regras da documentação fotográfica a constar nos relatórios de trabalhos arqueológicos e Circular de 27 de Dezembro de 2011, sobre documentação digital, tendo sido autorizado pelo ofício S-2022/590771 (C.S.:1611949) de 23.08.22. O presente Documento resulta da compilação de toda a informação proveniente, quer da pesquisa bibliográfica, quer do trabalho de campo.

Este Documento é composto por:
Relatório Base
Anexos Técnicos

Moreira da Maia, Agosto de 2022

ARTUR FONTINHA, DR.
Arqueólogo

NOTA INTRODUTÓRIA

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
ENTIDADES CONTATADAS	1
CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR	1
DESCRIÇÃO DO PROJETO	2
METODOLOGIA	2
ETAPAS	3
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL	4
TRABALHO DE CAMPO	5
REGISTO E INVENTÁRIO	6
CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ACTUAL	11
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL	11
ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO	11
ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO	12
ANÁLISE TOPONÍMICA	16
ANÁLISE FIOGRÁFICA	16
TRABALHO DE CAMPO NA ÁREA EM ESTUDO	16
RESULTADOS - SÍNTESE	16
OCORRÊNCIAS PATRIMONIAIS IDENTIFICADAS	16
MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO DE IMPACTE	16
AVALIAÇÃO DE IMPACTE	17
MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO	17
CONCLUSÕES E ADVERSIDADES AO CONHECIMENTO	17
PROGRAMA ULTERIOR DE TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS	18
PREVISÃO DO PROGRAMA ULTERIOR DE TRABALHOS E MEDIDAS PROVISÓRIAS DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO LOCAL, DATA E FORMA DE PUBLICAÇÃO	18
BIBLIOGRAFIA	19
ENQUADRAMENTO LEGAL	19
CARTOGRAFIA	19
BASES DE DADOS INFORMATIZADAS E CONSULTAS NA INTERNET	19
ANEXOS	20
ANEXO I – REGISTO FOTOGRAFICO	21
ANEXO II – CÓPIA DO OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS	24
ANEXO III – FICHA DE SÍTIO	28
ANEXO IV – DESENHOS TÉCNICOS	31

INTRODUÇÃO

O presente Documento insere-se no âmbito do Descritor de Património do Estudo de Impacte Ambiental do Projeto “Pedreira Vale das Vacas”. A sua execução foi da competência da empresa TRC Services, lda, que por sua vez adjudicou os trabalhos relativos ao descritor “Património Cultural” à AFA – ARQUEOLOGIA CONSERVAÇÃO E RESTAURO. Este relatório dá conhecimento à DRCN e à entidade contratante, da atividade desenvolvida pela equipa de arqueologia.

Este relatório pretende efetuar a caracterização da área de intervenção em termos geográficos, paisagísticos, históricos e arqueológicos, e a sua integração num contexto mais alargado, neste caso, a delimitação das freguesias a que pertence a área do projeto em questão, de forma a assegurar a salvaguarda de todos os vestígios de interesse patrimonial identificados.

Neste âmbito foram analisadas as áreas de incidência direta e indireta do projeto onde será a Implantação do projeto. Sendo que a área de incidência direta corresponde à área de projeto, a área de incidência indireta corresponde à área envolvente à área de projeto (100m de diâmetro), designada por área de estudo.

Neste Relatório consta um parecer sobre a necessidade de se proceder ao Acompanhamento Arqueológico, ou à necessidade de se implementar quaisquer Intervenções Arqueológicas de Registo Científico em todas as zonas afetadas à empreitada.

ENTIDADES CONTATADAS

No âmbito do desenvolvimento deste Documento foram realizados os seguintes contactos:

- **DRCN** (Direção Regional Cultura Norte). Foi solicitado um Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos (PATA) com a data de 08.07.22. O técnico responsável da DRCN para a avaliação do PATA foi o Dr. Paulo Amaral.

- **Câmara Municipal de Marco de Canaveses**. Neste contacto foram solicitadas informação relativas ao património arqueológico e arquitectónico na área de estudo, assim como solicitadas informações sobre a carta de condicionantes do PDM.

CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR

Os trabalhos a realizar darão cumprimento à legislação em vigor, para execução de trabalhos arqueológicos:

- lei 107/01 de 08 de Setembro (Lei do Património Cultural);
- Resolução da Assembleia da República n.º 71/97 que aprova, para ratificação, a Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico através da conservação pelo registo, aberta à assinatura em La Valleta, Malta, em 16 de Junho de 1992;
- Decreto-Lei n.º 164/2014, de 04 de Novembro (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos);
- Circular de 10 de Setembro de 2004 sobre os “Termos de Referência para o Descritor do Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental”;
- Circular de 24 de Maio de 2011 do IGESPAR, IP que estabelece as regras de preenchimento das fichas de sítio/trabalho arqueológico;
- Circular de 01 de Setembro de 2010 do IGESPAR, IP, que faz uma revisão da circular de 5 de Janeiro de 2007 e que estabelece as regras da documentação fotográfica a constar nos relatórios de trabalhos arqueológicos e Circular de 27 de Dezembro de 2011, sobre documentação digital.

DESCRIÇÃO DO PROJETO

Ampliação da Pedreira Vale das Vacas, a exploração da pedreira é da responsabilidade de empresa Cubículo dos Sonhos – Exploração e Comércio de Granitos, Unipessoal Lda., sendo que atualmente esta se encontra em atividade extrativa. No total, a área proposta a licenciar para a pedreira é de 13,99 há.

O relatório de património será parte integrante do relatório técnico do estudo de impacte ambiental (EIA) relativo à ampliação da Pedreira Vale das Vacas, situada na freguesia de Avedas e Rosém, Concelho de Marco de Canaveses e Distrito do Porto. A exploração da pedreira é da responsabilidade de empresa Cubículo dos Sonhos – Exploração e Comércio de Granitos, Unipessoal Lda., sendo que atualmente esta se encontra em atividade extrativa. No total, a área proposta a licenciar para a pedreira é de 139 980m² e a área de exploração do projeto proposta será de 70 831,19m².

O objetivo final desta exploração é a produção de rocha ornamental.

METODOLOGIA

Neste capítulo apresenta-se a Metodologia utilizada para Estudo de Situação de Referência ao nível do Descritor do Património que teve como diretiva a Circular do extinto Instituto Português de Arqueologia (IPA), de 10 de setembro de 2004 sobre os “Termos de Referência para o Descritor do Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental”.

A área onde será implementado o projeto em causa é alvo de uma análise por forma a obter um conhecimento mais aprofundado do espaço no que respeita à sua antropização ao longo dos tempos, englobando as valências **arqueológica, patrimonial, arquitectónica e etnográfica**.

São consideradas como **Ocorrências** relevantes, materiais, estruturas e sítios, agrupando-os da seguinte forma:

- Elementos abrangidos por figuras de protecção, Imóveis Classificados ou outros Monumentos e sítios incluídos nas cartas de condicionantes do PDM (Plano Director Municipal). No caso de Monumentos Nacionais existe segundo a Lei nº. 107/2001 de 8 de setembro uma zona de protecção de 50m e uma zona especial de protecção de 50m (ZEP), onde estão impedidas construções e alterações de topografia, os alinhamentos e as cêrceas e em geral a distribuição de volumes e coberturas ou revestimento exterior dos edifícios;
- Elementos de reconhecido interesse patrimonial ou científico que, não estando abrangidos no item anterior, constem de trabalhos científicos ou de inventários patrimoniais;
- Elementos caracterizadores e tipificantes de uma efectiva humanização do território, da sua estruturação, organização e exploração em moldes tradicionais.

É também estabelecido um critério de definição das ocorrências consideradas como integráveis no tratamento deste Documento:

- Vestígios arqueológicos per si (quer achados isolados, quer áreas de concentração de materiais e/ou estruturas);
- Vestígios de vias viária e caminhos antigos;
- vestígios de mineração, pedreiras e extração de outras matérias-primas;
- Estruturas hidráulicas e industriais;
- Estruturas defensivas e de limitação de propriedade;
- Estruturas de apoio a atividades agro-pastoris;
- Estruturas funerárias e/ou religiosas.

No presente Estudo, estes dados são denominados, de forma genérica, como **Ocorrências Patrimoniais**, doravante designadas também de **OP**.

A natureza do património é assim dividida em três categorias distintas:

- **Património arqueológico;**
- **Património arquitectónico;**
- **Património etnográfico.**

Porém, esta atribuição não se apresenta como linear. O limiar conceptual entre o que é integrável em qualquer uma das vertentes não é claro e não são categorias estanques. Uma mesma ocorrência pode enquadrar-se em duas ou mesmo nas três. Na Tabela de referenciação de ocorrências, é escolhido salientar aquela em que cada registo adquire particular destaque, ponderando toda a subjetividade implícita na escolha.

São tidos em atenção dois tipos de impacte que poderão ocorrer:

- **Impacte direto negativo**, quando a Ocorrência sofresse destruição;
- **Impacte indireto negativo**, quando a Ocorrência pudesse ser afetado visualmente, pela passagem de maquinaria e pessoal afetos à obra ou devido ao revolvimento de solos na sua proximidade.

Os materiais arqueológicos que pudessem vir a ser recolhidos seriam devidamente tratados (lavagem, marcação) e inventariados, sendo os mais significativos desenhados e fotografados. Após a conclusão dos trabalhos seriam acondicionados em contentor padronizado e entregues na extensão correspondente da DGPC (Direcção Geral do Património Cultural).

ETAPAS

A **Caracterização de Referência** do Património Cultural é elaborada com base nas seguintes etapas de trabalho:

- **1** Recolha de elementos em fontes documentais, realizada antes do trabalho de campo e que permitem reconhecer as O pré-existentes na área afeta ao projeto (pesquisa bibliográfica e documental);
- **2** Para além da pesquisa bibliográfica é necessário proceder a prospeções arqueológicas sistemáticas, que permitem uma melhor avaliação do potencial arqueológico da área do projeto e de toda a envolvente (trabalho de campo);

- **3** Sistematização e registo sob a forma de inventário (registo e inventário).

PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL

A Recolha de elementos em fontes documentais baseia-se nas seguintes fases:

- **Pesquisa Bibliográfica e Documental** baseia-se num conjunto variado de fontes de informação, sendo a sua área de Estudo estendida até um mínimo 2 km para além dos limites externos da área do projeto e até ao limite de freguesia, de modo a proceder à contextualização e caracterização da ocupação humana do território da área de projeto e da sua envolvente e obter uma leitura integrada das Ocorrências existentes, permitindo, assim definir melhor a magnitude dos impactes.
 - A pesquisa bibliográfica e Documental baseia-se nas seguintes fontes de informação:
 - Bibliografia específica,
 - Documentação,
 - Cartas Arqueológicas,
 - Inventários de Património Arqueológico e Arquitectónico
 - PDM (Planos de Pormenor Municipais);
 - Inventários Patrimoniais de organismos públicos (Consultadas as seguintes bases de dados)
 - <http://arqueologia.igespar.pt/index.php?sid=sitios> Portal do Arqueólogo: Sítios (Base de Dados Nacional de Sítios Arqueológicos, doravante designada Endovélico)¹ da responsabilidade da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC)
 - <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/>
www.patrimoniocultural.pt/flexviewers/Atlas_Patrimonio/default.htm Ulysses, sistema de informação do património classificado/DGPC da responsabilidade da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC)
 - http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx SIPA, Sistema de Informação para o Património Arquitectónico³ da responsabilidade da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC)
 - <http://viasromanas.pt/> Vias Romanas em Portugal: Itinerários⁵ da autoria de Pedro Soutinho
- Contactados investigadores com publicações ou projectos de investigação sobre a área em Estudo;

- **Análise toponímica** da cartografia nos suportes cartográficos disponíveis para a zona em Estudo, nomeadamente a Carta Militar de Portugal na escala 1: 25 000 (IGeoE). Frequentemente, através do levantamento toponímico, é possível identificar designações com interesse, que reportam a existência de elementos construídos de fundação antiga, designações que sugerem tradições lendárias locais ou topónimos associados à utilização humana de determinados espaços em moldes tradicionais. Desta forma, são apresentados os testemunhos que permitem ponderar o potencial científico e o valor patrimonial da área de incidência do projeto e da sua envolvente.
- **Análise Fisiográfica** permite a observação de condições orohidrográficas que possibilitem a interpretação de estratégias de povoamento. As características próprias do meio determinam a especificidade e a implantação mais ou menos estratégica de alguns valores patrimoniais. As condicionantes do meio físico refletem-se ainda na seleção dos espaços onde se instalaram os núcleos populacionais e as áreas nas quais foram desenvolvidas atividades depredadoras ou produtivas ao longo dos tempos. Assim, a abordagem da orohidrografia do território é indispensável na interpretação das estratégias de povoamento e de apropriação do espaço, mas é também uma etapa fundamental na planificação das metodologias de pesquisa de campo e na abordagem das áreas a prospetar.

Todos os dados recolhidos foram posteriormente relocalizados no terreno, tendo em atenção dois tipos diferentes de realidades: sítios arqueológicos identificados através da existência de vestígios materiais (registados na bibliografia e bases de dados); e sítios de potencial arqueológico, identificados através de dados e interpretações bem justificadas (toponímia, indícios fisiográficos, etc.) sobre a possível existência de sítios não evidenciados fisicamente.

TRABALHO DE CAMPO

O trabalho de campo consiste numa batida sistemática de forma ziguezagueante e paralela com malha apertada do terreno da área de incidência do projeto, apoiada por cartografia em formato papel, e na georeferenciação com GPS, sempre que a topografia do terreno assim o permite. São igualmente introduzidas as coordenadas das estruturas e sítios conhecidos previamente, para proceder à verificação e possível correção de todas as localizações facultadas na fase anterior. Neste trabalho são utilizadas as Cartas Militares de Portugal à escala 1: 25 000 folha n.º 124 (IGeoE) e a carta com a implantação da área a ser afetada pelo projeto com implantação da obra, disponibilizada pela TRC Services lda.

Os materiais arqueológicos que eventualmente viessem a ser identificados no decurso do trabalho de campo seriam recolhidos e georreferenciados os limites externos das manchas de dispersão de materiais arqueológicos, com vista a uma melhor inserção na planta de projeto e consequente avaliação de impacte.

Contudo, procura-se também proceder ao registo de outras ocorrências de interesse patrimonial na área envolvente, sempre que algum elemento se destacasse como de particular relevância.

Paralelamente foi feita recolha de informação oral de carácter específico ou indiciário.

Foi ainda realizado um levantamento fotográfico em formato digital tendo como diretiva a Circular do extinto Instituto Português de Arqueologia (IPA), de 01 de Setembro de 2010 sobre a “Documentação Fotográfica a constar nos Relatórios de Trabalhos Arqueológicos das diversas áreas do projeto em Estudo com o objetivo, não só de enquadramento paisagístico,

mas também, para registo do grau de visibilidade do solo, bem como das Ocorrências identificadas.

A visibilidade dos solos tem por base as seguintes unidades de observação:

- Visibilidade Nula: vegetação ou Arvoredo denso do terreno, sendo intransponível ao percurso pedestre. São ainda incluídos nesta categoria o acesso vedado ao terreno, assim como terreno com forte inclinação, não prospectado por questões de segurança. Geralmente representada a vermelho nas peças desenhadas;
- Visibilidade Parcial: Arvoredo pouco denso e com vegetação abaixo do joelho. Alguma dificuldade na observação de materiais arqueológicos e estruturas arqueológicas, patrimoniais, arquitetónicas e etnográficas. Geralmente representada a amarelo nas peças desenhadas;
- Visibilidade Boa: Sem arvoredo, com vegetação rasteira. Facilita o percurso pedestre e a observação de materiais e estruturas arqueológicas, patrimoniais, arquitetónicas e etnográficas. Geralmente representada a verde nas peças desenhadas.

REGISTO E INVENTÁRIO

Nesta fase é elaborado um Relatório de sintetização dos resultados obtidos. Uma cópia desse Documento, após o seu terminus e aprovado pela entidade adjudicadora (o que deverá suceder até 30 dias após a sua entrega), é obrigatoriamente enviada à DGPC, de acordo com Dec. Lei 164/2014, de 04 de Novembro que Regulamenta os Trabalhos Arqueológicos.

Este registo obedece aos seguintes critérios:

- Organização da informação recolhida em fase de consulta documental das áreas de projeto;
- Organização da informação recolhida em fase de trabalho de campo das áreas de projeto;
- Resultados obtidos através da consulta oral de carácter específico ou indiciário;
- Indicação dos resultados da análise toponímica, realçando aqueles cuja interpretação possam conduzir à identificação de sítios arqueológicos;
- Descrição dos solos da área em estudo;
- Descrição das condições de visibilidade do solo da área em estudo e a sua representação cartográfica;
- Implantação cartográfica e descrição de O, caso estas forem identificadas. Assim como desenho de campo quando necessário;
- Localização de estaleiros, depósitos, vazadouros e empréstimos (caso se conheça a sua localização nesta fase do projeto);
- Informação sobre as distâncias de cada O às áreas de projeto;
- Classificação e descrição dos materiais arqueológicos, caso estes viessem a surgir no decorrer dos trabalhos de prospeção arqueológica;
- Inventariação sumária das O identificados, com vista à hierarquização da sua importância científica e patrimonial e avaliação dos impactes com explicitação dos critérios utilizados;
- Proposta de medidas preventivas de carácter geral e específico e indicação da fase e subsequentes, em que devem ser implementadas.

Durante os trabalhos de prospeção e levantamento documental é preenchida uma ficha específica com os critérios previamente definidos para todas as Ocorrências identificadas, onde se encontram todas as informações necessárias à sua identificação *in situ*. Essa ficha tem por modelo a base de dados do “Endovélico” do extinto IPA e o Documento de Trabalho – Versão 1 da APA (Associação Profissional de Arqueólogos) “Metodologia de Avaliação de Impacte Arqueológico”:

Nº Inventário - Número sequencial que identifica a Ocorrência utilizado na cartografia, nas tabelas e nas fichas de inventário (a sequência numérica é aleatória e contínua).

Projecto - Nome do projeto em que se insere o Estudo.

O.P. - Nome atribuído à Ocorrência identificada.

Data - Altura em que foi realizada a avaliação.

Localização Administrativa - Distrito/Concelho/Freguesia onde se localiza a Ocorrência.

Localização Geográfica - Todas as Ocorrências são localizadas cartograficamente. (Sistema de Projeção: Hayford-Gauss; Sistema de Referência: sistema de coordenadas militares; Datum: Lisboa). Meridiano; Paralelo e Altitude (coordenadas obtidas em campo com recurso a GPS).

Topónimo - Topónimo local onde a Ocorrência se localiza.

Microtopónimo - Microtopónimo onde a Ocorrência se localiza.

Proprietário - Sempre que for possível contactar com o proprietário onde se identifica a Ocorrência, regista-se essa informação.

CMP - “Carta Militar de Portugal” (1999), Serviço Cartográfico do Exército (IGeoE), nº da folha na escala 1:25.000 utilizada durante o trabalho de campo.

Classificação - Imóvel Classificado ou outro tipo de proteção, com condicionantes ao uso e alienação do imóvel.

Decreto Lei - Decreto de lei da classificação do monumento.

Estado Conservação - Estado de conservação do monumento.

CARACTERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA

(Descrição das características principais de cada Ocorrência)

CATEGORIA		
Arqueológica	Arquitectónica	Etnográfica
Tabela 1 Categoria atribuída a cada Ocorrência. Distinção entre arqueológica, arquitectónica, etnográfica		

TIPO DE SÍTIO				
Abrigo	Achado Isolado	Alçaria	Alinhamento	Anfiteatro
Aqueduto	Arte Rupestre	Arranjo de Nascente	Atalaia	Azenha
Balneário	Barragem	Basilica	Calçada	Canalização
Capela	Casal Rústico	Castelo	Cais	Cemitério
Cetária	Chafurdo	Cidade	Circo	Cista
Cisterna	Complexo Industrial	Concheiro	Convento	Criptomórtico
Cromeleque	Curral	Depósito	Edifício com interesse histórico	Eira
Ermida	Escultura	Estrutura com interesse histórico	Fonte	Forja
Forno	Fortificação	Fórum	Fossa	Gruta
Hipocausto	Hipódromo	Igreja	Indeterminado	Inscrição
Lagar	Laje Sepulcral	Malaposta	Mancha de Ocupação	Marco
Menir	Mesquita	Miliário	Mina	Moinho de Maré
Moinho de Vento	Mosaico	Monumento Megalítico	Muralha	Muro
Nicho	Nora	Funerário	Olaria	Palácio
Paço	Pedreira	Oficina	Poço	Pombal
Ponte	Povoado	Povoado Fortificado	Recinto	Represa
Salina	Santuário	Sarcófago	Sepultura	Silo
Sinagoga	Talude	Tanque	Teatro	Templo
Termas	Tesouro	Torre	Tulhas	Via
Viaduto	Moinho de Água	Monte	Laje com Covinhas	Pias
Villa	Açude e Dique	Espigueiro	Quinta	Alminha
	Vicus	Cruzeiro	Vest. diversos	

Tabela 2 Tipo funcional a que se refere a Ocorrência (Adaptada da tabela proposta pelo IPA – Instituto Português de Arqueologia, actual DGPC (no *thesaurus* do Endovélico) <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt>)

CRONOLOGIA			
Paleolítico Inferior	Paleolítico Médio	Paleolítico Superior	Epipaleolítico/Mesolítico

Neolítico Calcolítico Idade do Ferro Romano Republicano Idade Média Moderno	Neolítico Antigo Calcolítico Final 1ª Idade do Ferro Romano Império Alta Idade Média Contemporâneo Proto-História	Neolítico Médio Bronze Pleno 2ª Idade do Ferro Romano Alto Império Baixa Idade Média Pré-História Antiga Indeterminado	Neolítico Final Bronze Final Romano Romano Baixo Império Islâmico Pré-História Recente
--	---	--	---

Tabela 3 Cronologia da Ocorrência (A indicação de vários períodos cronológicos separados por “/” tem significado cumulativo)

CONTEXTO GEOLÓGICO				
Granitos Argila Silex Areias	Xistos Calcossilicatado Tufo Terraço	Calcários Basalto Turfa Depósitos argilosos Terraço fluvial/cascalheira	Aluviões Marga Outro Rochas vulcânicas	Coluviões Mármore Arenitos Dioritos

Tabela 4 Trata-se do contexto geológico onde se localiza a Ocorrência

TOPOGRAFIA				
Arriba Canhão Planície Espigão de meandro fluvial	Planície Encosta Rechã Esporão Praia	Colina suave Grande elevação Vale aberto Escarpa	Cerro – topo Outros Vale fechado Plataforma / rechã Várzea	Cerro – vertente Pequena elevação Leito de rio ou ribeiro Planalto

Tabela 5 Critérios seguidos para contextualizar topograficamente a Ocorrência

VISIBILIDADE	
Destaca-se bem Diluída na paisagem	Destaca-se medianamente Escondida

Tabela 6 Critérios utilizados para caracterizar a visibilidade da Ocorrência no território envolvente

CONTROLO VISUAL		
Controlo visual total	Controlo condicionado	Controlo restrito (do espaço limítrofe)

Tabela 7 Nível do controlo visual que a Ocorrência detém sobre a paisagem

VEGETAÇÃO		
Sem vegetação Floresta/mata densa	Vegetação rasteira Floresta/mata pouco densa	Arbustos ou mato denso Cultura de vinha

Tabela 8 Vegetação existente no local onde se localiza a Ocorrência

USO DO SOLO				
Agrícola Eucaliptal Florestal Pinhal Agricultura manual Recursos	Turismo Mato Areiro Aterro Agricultura mecânico Exploração agrícola	Urbano Montado Pântano Baldio Latifúndio	Agrícola regadio Olival Industrial Caminho Minifúndio Pomar	Pastoreio Outros Pedreira Pedregais Socalcos Piscicultura

Tabela 9 Utilização actual do solo em que se situa a Ocorrência (Adaptada da tabela proposta pelo IPA – Instituto Português de Arqueologia, actual DGPC (no thesaurus do Endovelico) <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt>). Estes atributos são apenas aplicáveis a bens imóveis ou a bens móveis de dimensão considerável ou que não são recolhidos

FONTES				
Pesquisa Documental Trabalho de Campo	Bibliográfica	Cartográfica	Planos Municipais Prospeção	Projectos de investigação Base de dados Informação Oral

Tabela 10 Fonte utilizada na identificação da Ocorrência: pesquisa documental (no caso de ter sido previamente identificada na pesquisa documental); trabalho de campo (no caso de ter sido reconhecida durante a fase de trabalho de campo)

AMEAÇAS				
Abandono Florestal Erosão marinha Barragem	Construção Areiro Erosão fluvial Aterro Vandalismo	Agrícola Pântano Gado Baldio	Agrícola regadio Industrial Outros Caminho Vegetação	Pastoreio Pedreira Rede viária Agentes erosivos

Tabela 11 Ameaças sobre a Ocorrência. Estes atributos são apenas aplicáveis a bens imóveis ou a bens móveis de dimensão considerável ou que não são recolhidos

MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS

Presença Ausência
Tabela 12 Indica a presença ou ausência de materiais arqueológicos

DISPERSÃO DOS MATERIAIS

Extensa Média
Pequena Pontual
Tabela 13 Delimitação relativa da área em que se encontram materiais arqueológicos

TIPO DE DISPERSÃO

Contínua Dispersa
Concentrada Progressiva
Tabela 14 Tipo de dispersão dos materiais arqueológicos

Local de Depósito - Localização onde os materiais quando recolhidos são guardados até serem entregues na extensão correspondente da DGPC.

ACESSIBILIDADE

Via Rápida Estrada Nacional Estrada Municipal
Estradão Caminho de pé posto Sem acesso

Tabela 15 Referência ao tipo de acesso à Ocorrência

TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

Conservação/Valorização Escavação Sondagem
Levantamento Prospecção
Tabela 16 Caso existam, referencia aos trabalhos arqueológicos pré-existentes em relação à Ocorrência

Bibliografia - Bibliografia consultada sobre a Ocorrência.

Localização Face ao Projeto - Descrição da localização da Ocorrência em relação ao projecto, indicando-se as relações de proximidade. As distâncias da Ocorrência às unidades de projeto foram medidas em metros sobre a CMP à escala 1: 25 000.

Descrição - Descrição da Ocorrência em termos de localização, características construtivas e materiais utilizados, dimensões, etc. Assim como a descrição dos materiais identificados durante o trabalho de campo (tipologia, cronologia, quantidade...). Indicação dos materiais arqueológicos móveis recolhidos e a indicação do depósito provisório.

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL

(Análise, a mais objetiva possível, a partir dos dados disponíveis da importância da Ocorrência Adaptado do Documento de Trabalho – Versão 1 da APA (Associação Profissional de Arqueólogos) "Metodologia de Avaliação de Impacte Arqueológico")

Valor Arqueológico - Relativo ao seu valor como sítio arqueológico.

Valor Arquitectónico - Relativo à importância da arquitectura da Ocorrência encontrada.

Valor Histórico - Relativo à importância que pode assumir como documento para a história local/nacional.

Valor Etnográfico - Relativo à importância que pode assumir como elemento representativo de técnicas e modos de vida locais ou regionais tradicionais.

Representatividade - Relativo ao tipo de contexto e numa escala regional.

Potencial Científico - Relativo à importância que pode assumir para a investigação de determinada realidade e período.

Interesse Público - Relativo à sua possibilidade de utilização pedagógica junto do público em geral e escolar em particular.

Grau de Conservação - Relativo ao estado de conservação e à especificidade da Ocorrência. Estes atributos são apenas aplicáveis a bens imóveis ou a bens móveis de dimensão considerável ou que não são recolhidos.

CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL

Valor Arqueológico	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Valor Arquitectónico	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Valor Histórico	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Valor Etnográfico	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Representatividade	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Potencial Científico	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Interesse Público	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
Grau de Conservação	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado

Tabela 17 Hierarquização do interesse patrimonial da Ocorrência no conjunto do inventário de acordo com os seguintes critérios: **Elevado:** Imóvel Classificado (Monumento Nacional, Imóvel de Interesse Público, etc) ou ocorrência não classificada (sítio, conjunto ou construção, de interesse arquitetónico ou arqueológico) de elevado valor científico, cultural, representatividade, raridade, antiguidade, monumentalidade, a nível nacional. **Médio:** Ocorrência (arqueológica, arquitetónica, etnográfica) não classificada de valor científico, cultural e/ou raridade, antiguidade, monumentalidade (características presentes no todo ou em parte), a nível nacional ou regional. **Reduzido:** Aplica-se a Ocorrências que em função do seu estado de conservação, antiguidade, valor científico, arcaísmo, complexidade, antiguidade e inserção na cultura local não são representativos a nível nacional ou regional. **Sem interesse:** Atribuído a construção atual ou a Ocorrência de interesse patrimonial totalmente destruído. **Indeterminado:** Quando as condições de acesso ao local, a cobertura vegetal ou outros fatores impedem a observação da Ocorrência (interior e exterior no caso das construções)

AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO

(Para além da caracterização e importância da Ocorrência, foi considerado o tipo de Impacte a que a Ocorrência está sujeita, assim como as medidas de Mitigação Adaptado do Documento de Trabalho – Versão 1 da APA (Associação

Profissional de Arqueólogos) *Metodologia de Avaliação de Impacte Arqueológico*)

Magnitude do Impacte - Corresponde ao grau de afetação de impacte na Ocorrência.

Área Sujeita a Impacte - Dimensão do impacte a Ocorrência (salienta-se a importância da definição das áreas de dispersão dos materiais).

Probabilidade – Consiste no grau de certeza sobre a existência de impacte sobre a Ocorrência.

Fase de Ocorrência – Fase de implantação do projeto em que irá ocorrer o impacte.

Carácter de Impacte – O impacte da Ocorrência poderá ser de carácter Direto ou Indireto. Direto quando significa a destruição da Ocorrência em causa, Indireto quando significa a alteração do seu contexto primitivo.

Tipo de Impacte - Relativo ao período de tempo de impacte sobre da Ocorrência.

AVALIAÇÃO DE IMPACTE					
Magnitude do Impacte	Elevado (≥ 95%)	Médio (≥ 60% < 95%)	Reduzido (≥ 30% < 60%)	Pontual (< 30%)	Indeterminado(0%)
Área Sujeita a Impacte	Elevado (≥ 95%)	Médio (≥ 60% < 95%)	Reduzido (≥ 30% < 60%)	Pontual (< 30%)	Indeterminado(0%)
Probabilidade	Certo	Muito provável	Possível	Pouco provável	
Fase de Ocorrência	Construção		Exploração	Desativação	
Carácter de Impacte		Indireto		Direto	
Tipo de Impacte		Temporário		Permanente	

Tabela 18 O grau de afectação do impacte na Ocorrência

Mediante os resultados obtidos na Classificação Patrimonial e na Avaliação de Impacte estabeleceram-se diferentes Níveis de Condicionantes que a Ocorrência impõe ao desenvolvimento do projeto, através de parâmetros específicos e objetivos, facilitando a sua inclusão dentro do projeto (Adaptado do Documento de Trabalho – Versão 1 da APA (Associação Profissional de Arqueólogos) *Metodologia de Avaliação de Impacte

Arqueológico”).

NÍVEL DE CONDICIONANTE

Nível 5	Condiciona a obra e as acções intrusivas, impondo uma delimitação rigorosa da área protegida até 50m em torno (conforme estabelecido na legislação)
Nível 4	Impacte Severo - Embora não impeça o prosseguimento do projeto, impõe um estudo exaustivo prévio do sítio arqueológico, a necessidade de uma avaliação da área efetiva dos vestígios e a sua aprofundada caracterização, através da realização de escavação arqueológica da área total afetada
Nível 3	Impacte Moderado - Embora não impeça o prosseguimento do projeto, impõe um estudo de diagnóstico prévio do sítio arqueológico, a necessidade de uma avaliação da área efetiva dos vestígios e a sua aprofundada caracterização, através da realização de sondagens de diagnóstico
Nível 2	Impacte Compatível - Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projeto, devendo, mesmo assim, ter o devido acompanhamento arqueológico de obras
Nível 1	Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projeto

Tabela 19 Correspondendo às áreas de impacte expostas procedeu-se à definição de uma gradação de condicionantes consequentes

Por fim, estabelece-se a Medida Minimizadora mais adequada a seguir para cada Ocorrência

MEDIDAS DE MITIGAÇÃO

Medida de classe A	Em caso de Impacte Severo sobre um sítio arqueológico, preconiza-se a realização de escavação arqueológica da área total afetada que venha a sofrer um tipo de afetação direta de forma a avaliar a sua relevância científica
---------------------------	---

Medida de classe B	Em caso de Impacte Moderado sobre um sítio arqueológico, preconiza-se a realização de sondagens de diagnóstico em todos os sítios arqueológicos que venham a sofrer um tipo de afetação direta de forma a avaliar a sua relevância científica
Medida de classe C	Prospecção sistemática das áreas classificadas na cartografia como de visibilidade parcial ou nula
Medida de classe D	Prospecção sistemática de toda a área de afetação da Ocorrência antes e depois de se proceder à desmatação até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos e acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais. Realização de memória descritiva da Ocorrência e descrição gráfica
Medida de classe E	Sinalização e vedação com recurso a fita sinalizadora da Ocorrência quando aplicável com afetação indireta para que não sofra nenhum tipo de afetação direta pela circulação de pessoas e maquinaria. É ainda recomendado o levantamento gráfico e fotográfico exaustivo
Medida de classe F	Devido à localização de difícil acesso e de ficar submersa conforme as marés e por isso não ser possível a vedação e sinalização, recomenda-se o levantamento gráfico e fotográfico exaustivo. Mais se considera que o arqueólogo deverá sensibilizar o empreiteiro para a não afetação durante a empreitada
Medida de classe G	Sempre que a fase de projecto o permita, deverão ser equacionadas, em termos de viabilidade técnica e de custos a alteração ou ratificação do projeto
Medida de classe H	Preservação da Ocorrência em caso de afetação direta, através da sua transferência ou transladação
Medida de classe I	Monitorização e vigilância periódica na fase de exploração (por períodos de pelo 3 anos) do estado de conservação da Ocorrência situada na área de incidência do projeto ou nos principais acessos. Esta medida deve ser executada por especialista independente (arqueólogo) contratado pelo dono da obra e inclui a apresentação de relatórios de visita à entidade de tutela sobre o património arqueológico e comunicação às entidades competentes dos efeitos negativos detectados
Medida de classe J	Prospecção sistemática da área de escavação antes e depois de se proceder à desmatação até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos e acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais, com registo fotográfico e gráfico do processo seguido
Medida de classe K	Qualquer demolição ou alteração das ocorrências identificadas carece da realização de uma descrição da Ocorrência, do registo gráfico e fotográfico e acompanhamento arqueológico de qualquer trabalho em fase de construção

Tabela 20 Recomendações a seguir em cada uma das Ocorrências

CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ACTUAL

O objetivo primordial do trabalho foi identificar o maior número de sítios, vestígios e monumentos inseridos dentro da potencial área de incidência do Projeto, bem como, avaliar o tipo e dimensão dos potenciais impactes sobre estas ocorrências de valor patrimonial.

As realidades de considerado interesse arqueológico, arquitectónico e etnográfico foram registadas através de um número de ordem inscrito nas folhas da Carta Militar de Portugal, Serviço Cartográfico do Exército (IGeoE), à escala 1:25 000.

PESQUISA BIBLIOGRAFICA E DOCUMENTAL

ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

A área em estudo localiza-se no distrito de Distrito do Porto, concelho de Marco de Canaveses, UF Avedas e Rosem, UF Fornos, Freixo, Rio de Galinhas, São Nicolau e Tuías, Vila Boa do Bispo.

O concelho de Marco de Canaveses, do distrito do Porto, localiza-se na Região do Norte (NUT II) no Tâmega (NUT III). Fica situado em plena região Duriense, fazendo parte da Região de Turismo da Serra do Marão.

O concelho é atravessado pelos rios Tâmega e Douro e pela linha de caminho de ferro do Douro.

O concelho de Marco de Canaveses, do distrito do Porto, localiza-se na Região do Norte (NUT II) no Tâmega (NUT III). Fica situado em plena região Duriense, fazendo parte da Região de Turismo da Serra do Marão.

O concelho é atravessado pelos rios Tâmega e Douro e pela linha de caminho de ferro do Douro.

Faz fronteira com os concelhos de Amarante a norte, Baião a este, Cinfães e Castelo de Paiva (distrito de Viseu) a sul (distrito de Aveiro) e Penafiel a oeste.

Numa área de 201,9 km² distribuem-se 31 freguesias: Alpendurada e Matos, Ariz, Avesadas, Banho e Carvalhosa, Constance, Favões, Folhada, Fornos, Freixo, Magrelos, Manhuncelos, Maureles, Paços de Gaiolo, Paredes de Viadores, Penha Longa, Rio de Galinhas, Rosem, Sande, Santo Isidoro, São Lourenço do Douro, São Nicolau, Soalhães, Sobretâmega, Tabuado, Torrão, Toutosa, Tuías, Váezia do Douro, Váezia da Ovelha e Aliviada, Vila Boa do Bispo e Vila Boa de Quires.

Em 2005, o concelho apresentava 53 489 habitantes.

O natural ou habitante de Marco de Canaveses denomina-se marcuense, marquense ou canavês (VER ANEXO IV, DESENHOS 1, 2).



Figura 1: Enquadramento geográfico nacional à esquerda e distrital à direita



Figura 2– Área envolvente de 2km

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO

O topónimo principal “Marco de Canaveses” é composto por dois elementos, sendo que o segundo será certamente uma alusão à cultura do cânhamo, outrora abundante nesta região. O primeiro elemento do topónimo, “Marco” derivaria de uma marca de pedra, divisória das freguesias de Fornos, S. Nicolau e Tuías. Uma outra explicação para o topónimo tem origem numa lenda. Conta-se, que a rainha D. Mafalda teria passado pelas obras da ponte que mandara construir, e cheia de sede, pediu água aos pedreiros. Como o acesso ao rio era muito

difícil, um deles ofereceu uma cana para que a rainha bebesse diretamente do rio. A rainha, ao devolvê-la terá dito “Guardai-a porque a cana é boa às vezes”.

O povoamento do território a que corresponde o atual concelho de Marco de Canaveses remonta a épocas bastante recuadas, tendo sido encontrados importantes vestígios do período neolítico, nomeadamente alguns monumentos funerários. Do tempo da ocupação romana, chegaram até aos nossos dias os vestígios de Tongobriga, uma povoação romana de que restam as termas, o fórum, zonas habitacionais e uma necrópole.

A história do concelho passa pela história da velha vila de Canaveses. Mendo Gil foi o seu primeiro administrador conhecido. Durante os anos de 1255 a 1384, o senhorio pertenceu a D. Gonçalo Garcia e seus descendentes. Em 1384, D. João I deu-o a João Rodrigues Pereira, parente de Nuno Álvares. Já no reinado de D. João II era posse da coroa, sendo um meirinho nomeado pelo rei que administrava e nomeava os juízes, procuradores e tabeliões. No século XIX, foi integrada no concelho de Soalhães e em meados do mesmo século, no de Marco.

O concelho de Marco de Canaveses foi criado em 1852 por decreto de D. Maria II, por anexação dos concelhos de Benviver, Canaveses, Soalhães, Portocarreiro, parte dos de Gouveia e Santa Cruz de Riba Tâmega. A vila foi elevada a cidade em 1993.

A cidade de Tongobriga, hoje tão escarpada pelos investigadores, começou a ser escavada e estudada em Agosto de 1908, num sítio chamado "capela dos Mouros". Foi a designação dada pela população, sempre atreita a acusar o omnisciente sarraceno, à pequena parte então visível das ruínas romanas. Até então, pouco se conhecia daquele que era geralmente referido como um castro.

Os vestígios arqueológicos do Freixo começaram a surgir bem cedo. Em finais do século XIX, o Mestre Martins Sarmiento escrevia um artigo no "Archeologo Português", chamando a atenção para o aparecimento de uma inscrição latina numa ara romana.

Construído segundo os princípios da arquitectura vitruviana (de Vitruvius Marco, arquitecto e engenheiro romano do século I d. C.), representava o momento de descanso do romano após a jornada de trabalho.

Freixo pertenceu ao Concelho e Comarca de Soalhães, passando no século XIX para o do Marco de Canaveses. Foi daqui natural Agostinho de Serpa Pinto, o caçador africano sobrinho do explorador do mesmo nome. Foi proprietário da Casa do Freixo e por aqui ficou, arroteando mais a sua família as terras da Freguesia. Aqui se realizava uma tradicional Feira anual, que durava vários dias pela Quaresma. Ainda se realizou em 1886.

Primitivamente, a freguesia de Manhuncelos chamava-se "Manheve"

Vila Boa tem o nome de Vila por ter sido visitada por D. Afonso Henriques, em 12 de Fevereiro de 1141, que nesse mesmo dia lhe concedeu couto; Boa, pelo facto de seu solo ser fértil; e do Bispo, por aqui ter vivido durante os seus últimos anos D. Sisnando, bispo do Porto.

Fica situada nas vertentes ocidentais dos montes de Rosem, ladeada pelas freguesias de Sande, S. Lourenço do Douro, Ariz, S. Paio de Favões, Rosem e Avestadas. A sua parte baixa é banhada pelo rio Tâmega, que fazia accionar numerosos moinhos, e proporcionava uma concorrida praia fluvial em Festa-e-Lá, actualmente Praia do Ribeiro de Baixo.

A freguesia é atravessada pelo ribeiro de Lourido, que nasce nos montes de Lidrais, e desagua no Tâmega, no lugar da Ribeira, e, na parte alta, pelo Golas, com nascente nas proximidades das cancelas de Mexide.

Aqui existiu o Convento de Santa Maria de Vila Boa do Bispo, importante mosteiro de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho (Crúzios). Foi fundado por D. Moninho Viegas em 990, em cumprimento de um voto feito durante a batalha de Valboa, na qual conquistou aos mouros o castelo de Monte de Arados. A sua igreja foi sagrada por D. Nonego, bispo do Porto, e o seu primeiro abade foi D. Rosardo, natural de França.

D. Sisnando, sucessor de D. Nonego, depois de ter combatido os mouros durante longos anos, resignou a mitra do Porto e recolheu-se a este mosteiro, onde professou (1030-1035). O convento foi reformado em 1605. Mas o cónego claustral André Carneiro de Vasconcelos, de apelido familiar “o Bravo”, não aceitou a reforma. No entanto, continuou a fazer parte da

comunidade, posto que com mais liberdade, utilizando o tempo que lhe sobrava das rezas e meditações no desporto de caça.

O convento auferia grande parte dos rendimentos das freguesias, cujos párocos, no todo ou em parte, apresentava, como as de S. Lourenço do Douro, Paredes de Viadores, Várzea do Douro, S. Gens de Boelhe (Penafiel), S. Miguel de Bairros (Castelo de Paiva), S. Tiago de Paços (do bispado de Lamego), e, naturalmente, Vila Boa do Bispo.

Exceptuando um curto período em que esteve entregue aos comendatários, o último dos quais foi D. Miguel de Almeida, aqui viveram até 1740 os cônegos regrantes. A partir de então foi ocupado pelos jesuítas até que, sob a acusação de implicados no atentado contra D. José I, foram expulsos pelo Marquês de Pombal, passando então para o domínio público. Por venda, foi depois para pertença de particulares. Os religiosos de S. Vicente de Lisboa, alegando ter pertencido aos cônegos regrantes, questionaram ainda o comprador mas perderam a demanda judicial.

A igreja paroquial é a mesma do convento, datando a sua construção dos inícios do século XVII. Em tempos anteriores, o culto era realizado num templo de menores dimensões, cujas ruínas ainda são visíveis perto da actual igreja, que recuperou para si vários medalhões e pedras trabalhadas que levam a deduzir que o primitivo templo seria de traça românica.

A igreja é alta e espaçosa, com a capela-mor revestida de belos azulejos. A talha é abundante, de estilo renascentista.

Foi consultada a carta de condicionantes do concelho de Marco de Canaveses. Na tabela 21, estão identificados os elementos patrimoniais na carta de condicionantes dentro da área de 2km.

Foi ainda consultada a base de dados <http://viasromanas.pt/> Vias Romanas em Portugal: Itinerários5 da autoria de Pedro Soutinho. Foi identificada a via romana Douro – Togobriga – Marão dentro dos 2km de envólvecia da área em estudo.

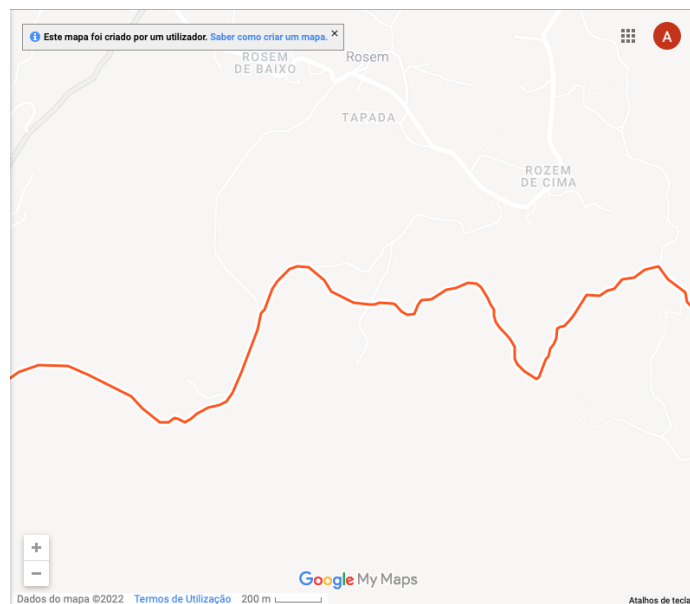


Figura 3– <http://viasromanas.pt/>

Não foram identificados Monumentos Classificados/em Vias de Classificação ao abrigo da legislação nacional da área envolvente de 2km da área de estudo do projeto.

Na Tabela 22 estão os locais arqueológicos que constam na base de dados “Endovélico” da DGPC, da área envolvente de 2km da área de estudo do projeto:

DESIGNAÇÃO	CATEGORIA/ TIPOLOGIA	LOCALIZAÇÃO (CONCELHO/FREGUESIA/COORDENADAS)			PROTEÇÃO LEGAL	DECRETO	
						HOMOLGAÇÃO	ZEP (ZONA ESPECIAL DE PROTEÇÃO)
ROS1	arqueológico	Marco de Canaveses	UF Avessadas e Rosem	41.140707 -8.183031			
Mamoia 1 do Alto do Confurco							
ROS3	arqueológico	Marco de Canaveses	UF Avessadas e Rosem	41.130252 -8.175287			
Mamoia 1 de Rosém ou Mamoia da Bouça Alta							
SAN1	arqueológico	Marco de Canaveses	UF Sande e São Lourenço do Douro	41.132840 -8.168637			
Castro do Boi							
ROS4	arqueológico	Marco de Canaveses	UF Avessadas e Rosem	41.136974 -8.167996			
Mamoia 2 de Rosém							

Tabela 21 Ocorrências identificadas nas cartas de condicionantes de PDM

DESIGNAÇÃO/ PROCESSO	CATEGORIA/ TIPOLOGIA	LOCALIZAÇÃO (CONCELHO/FREGUESIA/COORDENADAS)			CRONOLOGIA	CNS (CÓDIGO NACIONAL DE SÍTIO)	DESCRIÇÃO	M E I O	ACESSO	ESPOLIO
Boi	Povoado Fortificado	Marco de Canaveses	Vila Boa do Bispo	41,127131 -8,180753	Idade do Ferro	3761	Provável castro	T		

Tabela 22 Sítios arqueológicos identificados na base de dados do *Endovélico*

ANÁLISE TOPONÍMICA

Na pesquisa documental de 2km em volta da área de projeto foi identificado 1 topónimo que pode evidenciar um sítio arqueológico:

. Penedos do Lençol, Penedos de Baixo,

ANÁLISE FISIAGRÁFICA

A área em estudo é caracterizada por ser um planalto com vegetação de arbustos densos.

Da análise fisiográfica nesta fase, não foram identificados vestígios inéditos.

TRABALHO DE CAMPO NA ÁREA EM ESTUDO

Esta fase de trabalhos tem como objetivo o reconhecimento, descrição, classificação e inventariação dos dados inventariados durante a fase de pesquisa documental e o reconhecimento de indícios toponímicos e fisiográficos que apontem para a presença de outros vestígios inéditos relativos aos elementos de interesse arqueológico, histórico, etnográfico e patrimonial construído na área a ser afetada.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 270/99, de 15 de julho – Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos, considerando as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 287/2000, de 10 de novembro), foi elaborado um pedido de Autorização para Trabalhos Arqueológicos à DRCN.

Os trabalhos de campo foram realizados nos dias 26 a 28 de Agosto. A visibilidade do terreno, no geral era parcial, ou mesmo nula (VER ANEXO V, DESENHO 3) e as condições meteorológicas adequadas. Da análise fisiográfica durante a prospeção arqueológica não foram identificados vestígios inéditos.

Foi efetuada prospeção sistemática da totalidade do terreno (área de incidência direta e indireta do projeto). Sendo que a área de incidência direta corresponde à área de projeto, a área de incidência indireta corresponde à área envolvente à área de projeto (100m de diâmetro), designada por área de estudo.

Em relação à localização de estaleiro de obra, não se procedeu à definição da sua localização no âmbito do estudo em epígrafe, uma vez que serão definidas durante a fase de empreitada do projeto, caso se verifique necessário.

No que respeita a áreas de empréstimos e vazadouros, não se procedeu à definição da sua localização no âmbito do estudo em epígrafe, uma vez que serão definidas durante a fase de empreitada do projeto, caso se verifique necessário.

RESULTADOS - SÍNTESE

OCORRÊNCIAS PATRIMONIAIS IDENTIFICADAS

Neste estudo não foram identificadas Ocorrências Patrimoniais (OP), dentro das áreas de incidência direta e incidência indireta.

MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO DE IMPACTE

Na análise de impactes podem-se distinguir dois tipos de impactes: impactes diretos negativos e impactes indiretos negativos. Os primeiros significam a destruição da Ocorrência em causa, os segundos a alteração do seu contexto primitivo.

As medidas de minimização preconizadas têm como objetivo a preservação integral de todas as Ocorrências Patrimoniais de valor patrimonial identificadas na área afeta ao projeto e a salvaguarda de toda a informação arqueológica, patrimonial e etnográfica que eventualmente poderá ser afetada.

Neste contexto teve-se em consideração:

- A probabilidade de destruição da Ocorrência;
- A possibilidade de degradação/destruição, devido à circulação de maquinaria pesada e pessoal afetos à obra da Ocorrência;
- A possibilidade ou hipótese de destruição de vestígios arqueológicos relacionados com a existência de achados de superfície, ou notícia da sua existência;
- A eventualidade ou hipótese de destruição de vestígios arqueológicos relacionados com a notícia de um achado isolado ou de um monumento já destruído.

AVALIAÇÃO DE IMPACTE

A área em estudo tem uma condicionante de nível 2: “Impacte Compatível - Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projeto, devendo, mesmo assim, ter o devido acompanhamento arqueológico de obras”.

MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

Na sequência dos trabalhos previstos indicados no capítulo da Descrição do projeto, recomenda-se as seguintes medidas de minimização de carácter geral e específico.

- Medidas de minimização de carácter geral:

Medida de classe J - Prospeção sistemática da área de escavação antes e depois de se proceder à desmatação até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos e acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais, com registo fotográfico e gráfico do processo seguido.

CONCLUSÕES E ADVERSIDADES AO CONHECIMENTO

O presente Estudo de prospeção sistemática e de levantamento bibliográfico realizado no âmbito do projeto da “Pedreira Vale das Vacas” teve como objetivo a identificação de vestígios arqueológicos e património etnográfico e arquitectónico, que pudessem vir a ser afetados pela execução da obra. A investigação realizada permitiu compreender a dinâmica ocupacional da região e obter o máximo de informações respeitantes aos vestígios de paleocupação humana existentes na zona. Através da pesquisa foi, ainda, possível compreender as principais características histórico-culturais da área de implantação do projecto e da sua envolvente.

Comprova-se assim, que a área em estudo pertence a um concelho que teve uma ocupação permanente e de grande importância no contexto histórico do interior Norte de Portugal.

No estudo bibliográfico e de prospeção não foram identificadas Ocorrências Patrimoniais dentro da área de incidência direta e indireta.

A área em estudo tem uma condicionante de nível 2: “Impacte Compatível - Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projeto, devendo, mesmo assim, ter o devido acompanhamento arqueológico de obras”.

Na sequência dos trabalhos previstos indicados no capítulo da Descrição do projeto, recomenda-se as seguintes medidas de minimização de carácter geral e específico.

- Medidas de minimização de carácter geral:

Medida de classe J - Prospeção sistemática da área de escavação antes e depois de se proceder à desmatação até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos e acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais, com registo fotográfico e gráfico do processo seguido.

PROGRAMA ULTERIOR DE TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

PREVISÃO DO PROGRAMA ULTERIOR DE TRABALHOS E MEDIDAS PROVISÓRIAS DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO

Considerando os resultados obtidos, prevê-se a necessidade de implementação:

-Prospeção sistemática da área de escavação antes e depois de se proceder à desmatção até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos.

- Acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais, com registo fotográfico e gráfico do processo seguido.

- No âmbito do acompanhamento arqueológico deve complementar-se a caracterização arqueológica através da consulta dos processos relativos aos sítios arqueológicos identificados, de cartografia e documentação histórica.

- A descoberta de quaisquer vestígios arqueológicos durante o acompanhamento nas áreas de intervenção obriga à suspensão imediata dos trabalhos no local e à sua comunicação ao órgão competente da Tutela e demais autoridades, em conformidade com as disposições legais em vigor. Esta situação pode determinar a adoção de medidas de minimização complementares pelo que deve ser apresentada uma Nota Técnica com a descrição, avaliação do impacto, registo gráfico e uma proposta de medidas a implementar. Deve ser tido em consideração que as áreas com vestígios arqueológicos conservados e que venham a ser afetados de forma irreversível têm que ser integralmente escavados.

- A recolha de espólio móvel deve ocorrer de forma a prevenir qualquer perigo imediato para os bens, assim como deve ser executada sem que em momento algum seja colocada em perigo a integridade dos bens e assegurar a sua preservação a longo prazo empregando técnicas e métodos não destrutivos, em conformidade com a legislação em vigor (Resolução da Assembleia da República nº 51/2006, de 18 de julho e publicada pelo aviso 6/2012 de 26 de Março, Decreto-Lei nº164/97, de 27 de Junho e a Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro).

LOCAL, DATA E FORMA DE PUBLICAÇÃO

No cumprimento da legislação em vigor (DL no 164/2014, de 4 de novembro) os resultados obtidos durante as intervenções realizadas no âmbito dos trabalhos de Prospeção Arqueológica Prévia deverão ser alvo de publicação científica, em língua portuguesa ou inglesa. Deste modo a AFA Arqueologia Conservação e Restauro prevê a publicação dos resultados da intervenção em revista da especialidade, sem prejuízo de outras formas de publicitação. Não se descarta também a possibilidade da apresentação das intervenções e dos seus resultados em conferências, congressos e palestras. Para além disto, também se envia agora, como resulta das disposições legais vigentes, uma cópia em CD.

**MOREIRA DA MAIA,
AGOSTO DE 2022**

ARTUR FONTINHA, ARQUEÓLOGO

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1998), *Roman Portugal*, Aris & Philips Ltd, Warminster;
- ALMEIDA, C. A. F. De (1970), *Algumas Notas Sobre o Processo de Romanização da Zona de Entre Douro e Ave*, Actas das 1^{as} Jornadas Arqueológicas. Lisboa;
- ALMEIDA, C. A. F. (1978), *Arquitectura Românica de Entre Douro e Minho*, Dissertação de doutoramento, 2 volumes, edição policopiada, Porto;
- ALMEIDA, C. A. F. De (1978), *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho: Desde as Origens a 1220*. Porto;
- ALMEIDA, C. A. F. De (1986), *História da Arte em Portugal. O Românico*. Lisboa Publicações Alfa;
- ALMEIDA, C. A. F. (1986), *Vias Medievais Entre Douro e Minho*. Porto. Edição do Autor;
- BARROCA, M. J. (2000), *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*. Lisboa;
- BARROCA, M. J. (1987), *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho: séculos V a XV*, Trabalho apresentado no âmbito das Provas Públicas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto;
- BRANDÃO, A. P. (1995), *Estradas e Pontes Romanas a Norte do Tejo*. Lisboa;
- DIAS, L. A. T. (1980), *Área arqueológica do Freixo, Marco de Canavezes. Escavações de 1980*. Porto: Câmara Municipal de Marco de Canavezes;
- DIAS, L. A. T. (1997), *Tongobriga*. Lisboa: IPPAR;
- JORGE, V. O. (1982), *Megalitismo do Norte de Portugal: O Distrito do Porto: Os Monumentos e a Sua Problemática no Contexto Europeu*. Edição do Autor. Porto;
- PIEL, J. M. (1936-45), *Os Nomes Germânicos na Toponímia Portuguesa*. Lisboa: Junta de;
- VASCONCELOS, J. Leite de, *Etnografia Portuguesa: Tentame de Sistematização*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.
- VASCONCELOS, M. (1935), *A Vila de Canavezes: notas para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.

ENQUADRAMENTO LEGAL

- DIÁRIO DA REPÚBLICA, Série I-A, *Lei n.º 107/01, 209/01 SÉRIE I-A*, Sábado, 8 de Setembro de 2001, Assembleia da República, Pág. do DR 5808 a 5829;
- DIÁRIO DA REPÚBLICA, Série I-A, *Resolução da Assembleia da República n.º 71/97*, DR 289/97 SÉRIE I-A de 1997-12-16;
- DIÁRIO DA REPÚBLICA, Série I-A, *Decreto-Lei n.º 164/2014*, de 04 de Novembro (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos)
- DGPC, Circular de 10 de Setembro de 2004, *Termos de Referência para o Descritor do Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental*;
- DGPC, Circular de 01 de Setembro de 2010, *Documentação Fotográfica a Constar nos Relatórios de Trabalhos Arqueológicos*;
- DGPC, Circular de 24 de Maio de 2011, *Ficha de Sítio/Trabalho Arqueológico, para Atualização do Endovélico*.
- DGPC, Circular de 27 de Dezembro de 2011, *Documentação Gráfica*.

CARTOGRAFIA

- “Carta Militar de Portugal” (1999), Serviço Cartográfico do Exército (IGeoE), escala 1:25 000, Serviço Cartográfico do Exército, Folha nº 124.

BASES DE DADOS INFORMATIZADAS E CONSULTAS NA INTERNET

- www.earth.google.com (consultado a 24.08.22)
- www.patrimoniocultural.gov.pt/pt (consultado a 24.08.22)
- www.patrimoniocultural.pt/flexviewers/Atlas_Patrimonio/default.htm (consultado a 24.08.22)
- www.monumentos.pt/Site/APP (consultado a 24.08.22)
- www.arqueologia.patrimoniocultural.pt/ (consultado a 24.08.22)

ANEXOS

ANEXO I – REGISTO FOTOGRÁFICO (NAS PEÇAS DESENHADAS APRESENTADAS NO ANEXO V APRESENTA-SE O PONTO DE LOCALIZAÇÃO DAS FOTOGRAFIAS, DESIGNADAS DE FX, ONDE O X CORRESPONDE AO NÚMERO DA FOTOGRAFIA RESPETIVA E IDENTIFICADA ABAIXO.)



F1 Coordenadas 41.135627 -8.180901



F2 Coordenadas 41.137268 -8.185157



F3 Coordenadas 41.133033 -8.184645

ANEXO II – CÓPIA DO OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS

C/C
Câmara Municipal de
Marco de Canaveses

Exmo(a) Sr.(a)
Artur Jorge Rodrigues Fontinha

afontinha@gmail.com

Sua referência	Sua comunicação	Ofício n.º	S-2022/590771 (C.S:1611949)
		Data	23/08/2022
		Proc.º n.º	DRCN-DSBC/2022/13-07/1070/PATA/21745 (C.S:240487)
		Cód.Manual	

Assunto: PATA (Prospecção) EIA - Estudo de Impacto Ambiental da ampliação da Pedreira Vale das Vacas (nº 6523) - Marco de Canaveses

Requerente: Artur Jorge Rodrigues Fontinha

Comunico a V. Ex.ª que por despacho do(a) Sr.(a) Subdiretora Geral do Património Cultural de 16/08/2022, foi emitido parecer **Favorável** sobre o processo acima referido, de acordo com os termos da informação em anexo.

Com os melhores cumprimentos.

Diretor de Serviços dos Bens Culturais

Assinado por: **DAVID JOSÉ DA SILVA FERREIRA**
Num. de Identificação: 10348571
Data: 2022.08.23 19:09:15+01'00'



Direção Regional de Cultura do Norte
Praceta da Carreira
5000-560 Vila Real, PORTUGAL
TEL + 351 259 330 770 | FAX + 351 259 330 779
Endereço eletrónico: geral@culturanorte.gov.pt
www.culturanorte.gov.pt
www.facebook.com/CulturaNorte

Direção de Serviços dos Bens Culturais
Casa de Ramalde
Rua da Igreja de Ramalde, n.º 1
4149-011 Porto
TEL + 351 226 197 080 | FAX + 351 226 179 385
Endereço eletrónico: dsbc.drcn@culturanorte.gov.pt
www.culturanorte.gov.pt
www.facebook.com/CulturaNorte

Assunto : PATA (Prospecção) EIA - Estudo de Impacto Ambiental da ampliação da Pedreira Vale das Vacas (nº 6523) - Marco de Canaveses.

Requerente : Artur Jorge Rodrigues Fontinha

Local : Pedreira Vale das Vacas (nº6523) - Marco de Canaveses

**Servidão
Administrativa :**

Inf. n.º: S-2022/589230 (C.S:1608117)

Cód. Manual

N.º Proc.: DRCN-DSBC/2022/13-07/1070/PATA/21745
(C.S:240487)

Data Ent. Proc.: 20/07/2022

Subdiretora Geral do Património Cultural, Maria Catarina Coelho a 16/08/2022

Aprovo.

Diretor de Serviços dos Bens Culturais, David José da Silva Ferreira a 03/08/2022

Proponho a autorização do PATA. À DGPC.

DSBC/2022-1070

Assunto: Elaboração do Descritor Património para o Estudo de Impacte Ambiental (Projeto de Execução) da Ampliação da Pedreira Vale das Vacas (nº 6523), Marco de Canaveses. Pedido de Autorização para a realização de Trabalhos Arqueológicos

Req: Cubículo dos Sonhos - Exploração e Comércio de Granitos, Unipessoal Lda.

Arqueólogo: Artur Jorge Rodrigues Fontinha

Foi apresentado pelo Dr. Artur Jorge Rodrigues Fontinha um pedido de autorização e respetiva documentação complementar referente à realização de uma intervenção arqueológica no âmbito da elaboração do Descritor Património do Estudo de Impacte Ambiental, na sua fase de Projeto de Execução, da Ampliação da Pedreira Vale das Vacas (nº 6523), Marco de Canaveses. É indicado que a entidade enquadrante é a empresa AFA - ARQUEOLOGIA CONSERVAÇÃO E RESTAURO (Artur Fontinha – Arqueologia, Unipessoal, Lda).

O empreendimento é relativo à ampliação da área da pedreira para um total de 139.980 m², sendo que a área de exploração proposta será de 70.831,19 m², abrangendo a união de freguesias de Avesadas e Rosém, no concelho de Marco de Canaveses, incidindo o presente PATA nas áreas de incidência direta e de incidência indireta deste projeto.

Está contemplada a realização de uma fase prévia para pesquisa bibliográfica, documental e cartográfica, assim como a consulta dos Instrumentos de Gestão do Território em vigor para a área em estudo e de bases de dados de entidades oficiais, com o intuito de obter um inventário

Direção Regional de Cultura do Norte
Praceta da Carreira
5000-560 Vila Real, PORTUGAL

TEL + 351 259 330 770 | FAX + 351 259 330 779
Endereço eletrónico: geral@culturannorte.gov.pt
www.culturannorte.gov.pt
www.facebook.com/CulturaNorte

Direção de Serviços dos Bens Culturais
Casa de Ramalde
Rua da Igreja de Ramalde, n.º 1
4149-011 Porto

TEL + 351 226 197 080 | FAX + 351 226 179 385
Endereço eletrónico: dsbc.drcn@culturannorte.gov.pt
www.culturannorte.gov.pt
www.facebook.com/CulturaNorte

3



de todos os sítios com interesse patrimonial situados na referida área.

A esta fase de trabalho suceder-se-á a prospeção arqueológica sistemática da área de incidência do projeto, de modo a relocalizar todos os elementos previamente compulsados. Deste trabalho resultará a descrição, cartografia com localização dos sítios à escala 1:25.000, com georreferenciação dos limites externos das manchas de dispersão de materiais arqueológicos que vierem a ser identificados, incluindo a indicação sobre as distâncias de cada ocorrência relativamente às áreas de afetação direta e indireta do projeto, e o competente registo fotográfico, numa ficha de sítio previamente elaborada para o efeito. De igual modo, será efetuada a avaliação patrimonial dos sítios identificados e avaliação do grau de afetação dos locais com interesse patrimonial, com o objetivo de proceder à hierarquização da sua importância científica e patrimonial. Será, ainda, apresentada uma proposta de medidas de minimização, de caráter geral e específico.

Da análise efetuada, consideram-se reunidos os elementos necessários à aprovação do pedido de trabalhos arqueológicos, pelo que se propõe a emissão de parecer Favorável ao mesmo.

À consideração superior
O Técnico Superior
Paulo Amaral

Direção Regional de Cultura do Norte
Praceta da Carreira
5000-560 Vila Real, PORTUGAL

TEL + 351 259 330 770 | FAX + 351 259 330 779
Endereço eletrónico: geral@culturanorte.gov.pt
www.culturanorte.gov.pt
www.facebook.com/CulturaNorte

Direção de Serviços dos Bens Culturais
Casa de Ramalde
Rua da Igreja de Ramalde, n.º 1
4149-011 Porto

TEL + 351 226 197 080 | FAX + 351 226 179 385
Endereço eletrónico: dsbc.drcn@culturanorte.gov.pt
www.culturanorte.gov.pt
www.facebook.com/CulturaNorte

3

ANEXO III – FICHA DE SÍTIO

Ficha de Sítio/Trabalho Arqueológico

(para acompanhar o relatório)

Sítio Arqueológico

Designação

Pedreira Vale das Vacas

Distrito Concelho

Freguesia Lugar

C.M.P. 1:25.000 folha n.º Altitude (m)

Coordenada X Coordenada Y

Tipo de sítio *

Período cronológico *

Descrição do sítio (15 linhas)

Ampliação da Pedreira Vale das Vacas, a exploração da pedreira é da responsabilidade de empresa Cubículo dos Sonhos – Exploração e Comércio de Granitos, Unipessoal Lda..., sendo que atualmente esta se encontra em atividade extrativa. No total, a área proposta a licenciar para a pedreira é de 13,99 ha O relatório de património será parte integrante do relatório técnico do estudo de impacte ambiental (EIA) relativo à ampliação da Pedreira Vale das Vacas, situada na freguesia de A vessadas e Rosém, Concelho de Marco de Canaveses e Distrito do Porto. A exploração da pedreira é da responsabilidade de empresa Cubículo dos Sonhos – Exploração e Comércio de Granitos, Unipessoal Lda..., sendo que atualmente esta se encontra em atividade extrativa. No total, a área proposta a licenciar para a pedreira é de 139 980m2 e a área de exploração do projeto proposta será de 70 831,19m2.

Bibliografia

ALARCÃO, J. (1998), Roman Portugal, Aris & Philips Ltd, Warminster;
ALMEIDA, C. A. F. De (1970), Algumas Notas Sobre o Processo de Romanização da Zona de Entre Douro e Ave, Actas das 1ªs Jornadas Arqueológicas. Lisboa;
ALMEIDA, C. A. F. (1978), Arquitectura Românica de Entre Douro e Minho, Dissertação de doutoramento, 2 volumes, edição policopiada, Porto;
ALMEIDA, C. A. F. De (1978), Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho: Desde as Origens a 1220.

Proprietários

Classificação *

Decreto

Estado de conservação * Uso do solo *

Ameaças * Protecção/Vigilância *

* Preencher de acordo com a lista do *Thesaurus* do ENDOVÉLICO. Essa lista poderá ser consultada em: www.igespar.pt

Acessos

Estradão

Descrição do Espólio

Neste estudo não foram identificados vestígios de materiais arqueológicos.

Local de depósito -

Trabalho Arqueológico Anual

Arqueólogo responsável | Artur Fontinha

Tipo de trabalho * | Prospeção

Datas: de início | 24.08.22 | de fim | 31.08.22 | duração (em dias) | 5

Projecto de Investigação

Objectivos (10 linhas)

Este relatório pretende efectuar a caracterização da área de intervenção em termos geográficos, paisagísticos, históricos e arqueológicos, e a sua integração num contexto mais alargado, neste caso, a delimitação da freguesia a que pertence a área do projecto em questão, de forma a assegurar a salvaguarda de todos os vestígios de interesse patrimonial identificados. Neste âmbito foram analisadas as áreas de implantação. Neste Relatório consta um parecer sobre a necessidade de se proceder ao Acompanhamento Arqueológico, ou à necessidade de se implementar quaisquer Intervenções Arqueológicas de Registo Científico em todas as zonas afectas à empreitada.

Resultados (15 linhas)

No estudo bibliográfico e de prospeção não foram identificadas Ocorrências Patrimoniais dentro da área de incidência direta e indireta.

A área em estudo tem uma condicionante de nível 2: "Impacte Compatível - Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projeto, devendo, mesmo assim, ter o devido acompanhamento arqueológico de obras".

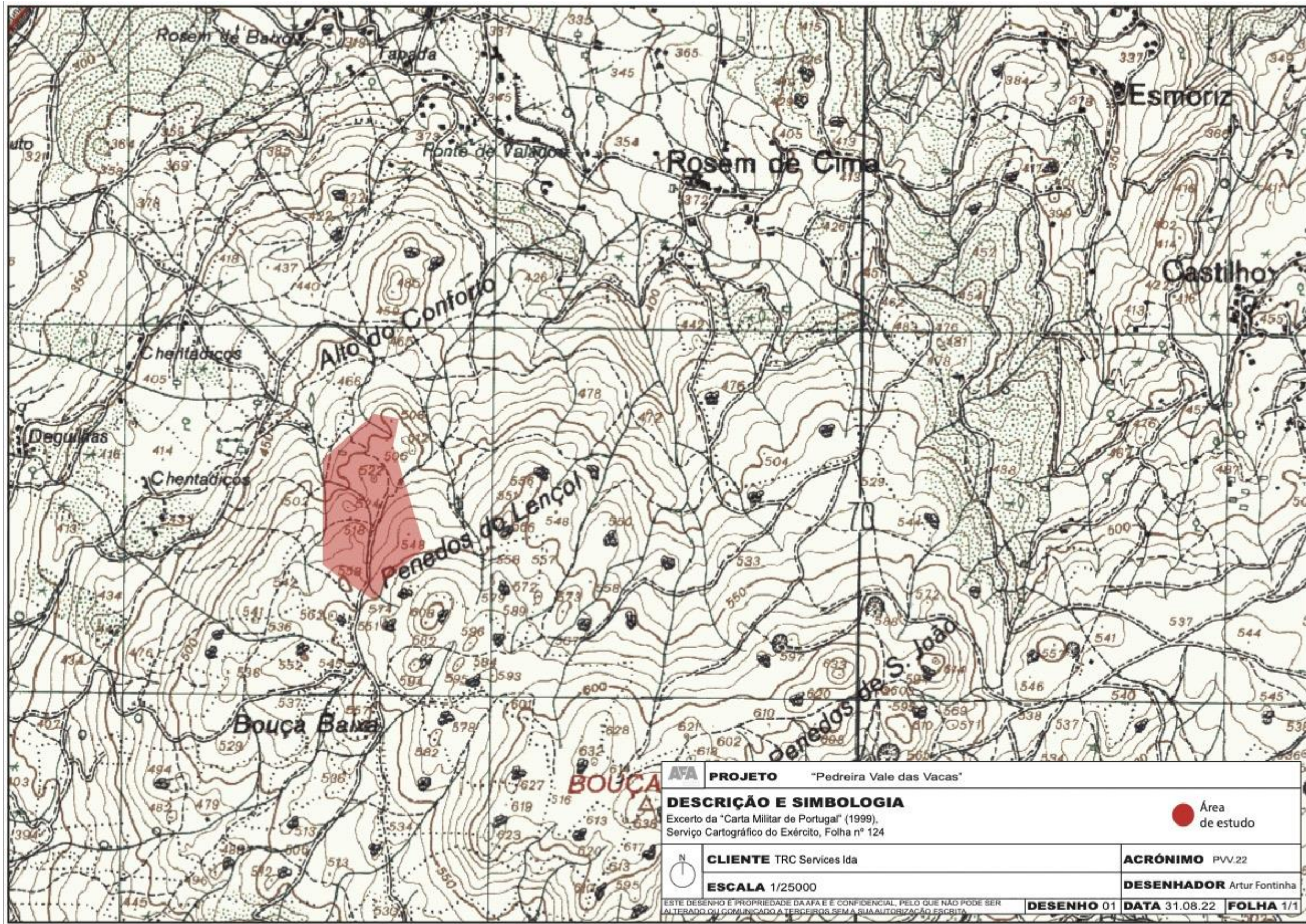
Na sequência dos trabalhos previstos indicados no capítulo da Descrição do projeto, recomenda-se as seguintes medidas de minimização de carácter geral e específico.



- Medidas de minimização de carácter geral:

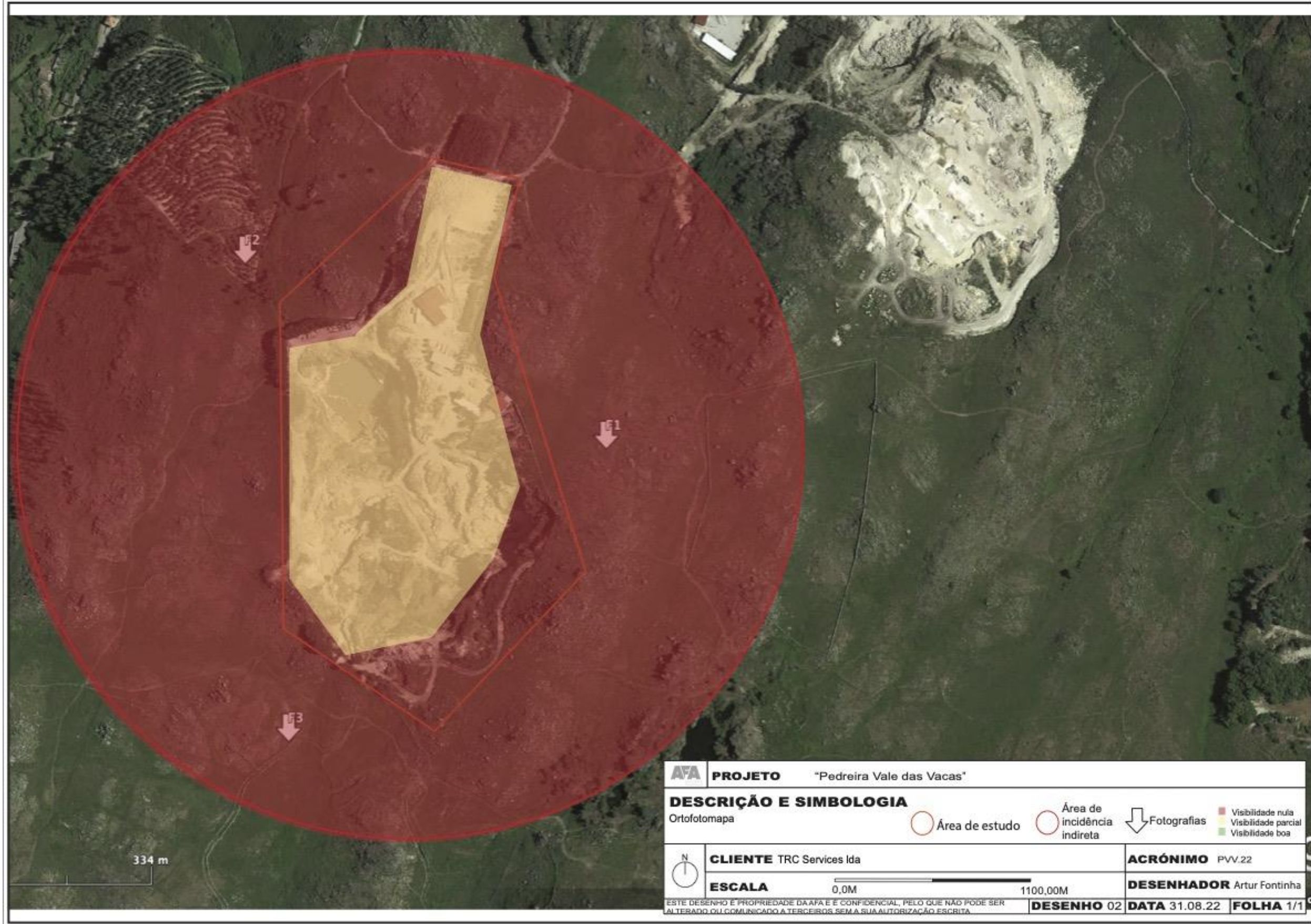
Medida de classe J - Prospeção sistemática da área de escavação antes e depois de se proceder à desmatagem até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos e acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais, com registo fotográfico e gráfico do processo seguido.

* Preencher de acordo com a lista do *Thesaurus* do ENDOVÉLICO. Essa lista poderá ser consultada em: www.igespar.pt

ANEXO IV – DESENHOS TÉCNICOS



AFA	PROJETO "Pedreira Vale das Vacas"	
DESCRIÇÃO E SIMBOLOGIA Excerto da "Carta Militar de Portugal" (1999), Serviço Cartográfico do Exército, Folha nº 124		 Área de estudo
	CLIENTE TRC Services Ida	ACRÓNIMO PVV.22
	ESCALA 1/25000	DESENHADOR Artur Fontinha
ESTE DESENHO É PROPRIEDADE DA AFA E É CONFIDENCIAL, PELO QUE NÃO PODE SER ALTERADO OU COMUNICADO A TERCEIROS SEM A SUA AUTORIZAÇÃO ESCRITA		DESENHO 01 DATA 31.08.22 FOLHA 1/1



AFA	PROJETO "Pedreira Vale das Vacas"
DESCRIÇÃO E SIMBOLOGIA	
Ortofotomapa	 Área de estudo Área de incidência indireta ↓ Fotografias ■ Visibilidade nula ■ Visibilidade parcial ■ Visibilidade boa
CLIENTE TRC Services Ida	ACRÓNIMO PVV.22
ESCALA 0,0M 1100,00M	DESENHADOR Artur Fontinha
ESTE DESENHO É PROPRIEDADE DA AFA E É CONFIDENCIAL, PELO QUE NÃO PODE SER ALTERADO OU COMUNICADO A TERCEIROS SEM A SUA AUTORIZAÇÃO ESCRITA.	
DESENHO 02	DATA 31.08.22 FOLHA 1/1